
**MULHERES EM CONTEXTOS RURAIS: UM MAPEAMENTO SOBRE
GÊNERO E RURALIDADE**
*MUJERES EN CONTEXTOS RURALES: UN MAPEO SOBRE GÉNERO Y
RURALIDAD*
WOMEN IN RURAL CONTEXTS: A MAPPING ON GENDER AND RURALITY

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p115>

Rita de Cássia Maciazeki Gomes e Conceição Nogueira
Universidade do Porto, Porto, Portugal

Maria Juracy FilgueirasToneli
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

RESUMO

O artigo objetiva mapear a produção de conhecimento nas áreas das ciências da saúde, humanas e sociais sobre gênero e ruralidade, a partir de uma análise crítica. Para isso, foram realizadas buscas no sítio Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior com as palavras-chave: gênero e rural, gênero e ruralidade, mulher e rural, mulher e ruralidade, no período de 2000-2014. A seleção gerou um total de 108 artigos, dos quais 25, que apresentavam discussões acerca dos modos de vida das mulheres em contextos rurais, foram incluídos neste estudo. A análise abordou discussões sobre as relações de gênero em espaços rurais e gênero e novas ruralidades. As produções analisadas reconhecem os avanços na temática de gênero em espaços rurais, no entanto, demarcam a necessidade de uma maior presença das teorias feministas na constituição de abordagens teóricas e metodológicas junto a esses contextos.

Palavras-chave: gênero; ruralidade; revisão da literatura.

RESUMEN

El artículo pretende mapear la producción de conocimiento en las áreas de ciencias de la salud, humanidades y social de género y ruralidad, desde un análisis crítico. Para ello, se realizaron búsquedas en el sitio de Revistas de la *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* con las palabras clave: género y rural, género y ruralidad, las mujeres y el rural, mujer y ruralidad en el período 2000-2014. La selección generó un total de 108 artículos, de los cuales 25, que tenía discusiones sobre los modos de vida de las mujeres en el medio rural se incluyeron en este estudio. El análisis aborda los debates sobre las relaciones de género en las zonas rurales y de género y nuevas ruralidades. Las producciones analizadas reconocen avances en las cuestiones de género en las zonas rurales, sin embargo, demarcan la necesidad de una mayor presencia de las teorías feministas en la formación de los enfoques teóricos y metodológicos a lo largo de estos contextos.

Palabras clave: gênero; ruralidade; revisão de la literatura.

ABSTRACT

The article aims to map the production of knowledge in the areas of health sciences, humanities and social gender and rurality, from a critical analysis. For this, searches were conducted at the website of *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* with the keywords: gender and rural, gender and rurality, and rural woman, woman and rurality in the 2000-2014 period. The selection generated a total of 108 articles, out of which 25 articles presented discussions about the ways of life of women in rural settings and therefore were included in this study. The analysis addressed discussions on gender relations in rural areas and gender and new ruralities. The analyzed productions recognize advances in gender issues in rural areas, however, distinguish the need for a greater presence of feminist theories in the formation of theoretical and methodological approaches with these contexts.

Keywords: gender; rurality; literature review.

Introdução

Este artigo objetiva mapear as produções da literatura sobre *gênero e ruralidade* advindas das áreas humanas, sociais e da saúde, a partir de uma análise crítica. As discussões e análises, aqui traçadas, estão situadas em uma perspectiva pós-estruturalista, feminista construcionista social crítica.

Ao propor a pauta da temática gênero e ruralidade, demarca-se um posicionamento ético-político, considerando a heterogeneidade e a diversidade, bem como a singularidade presente nos contextos locais, nas produções analisadas. Parte do (re)conhecimento dos contextos rurais em suas especificidades, de modo a compreender como ali se produzem as condições e os modos de vida das mulheres.

A compreensão de espaço rural é tomada como uma construção social, intimamente ligada ao lugar, em ambos os contextos globais e locais (Allen, 2002). Esta ideia desloca-se da imagem bucólica, idílica de um rural como um paraíso idealizado, e, também, não se associa à imagem do lugar distante, rústico, sinônimo de atraso. Estabelece-se assim, um rompimento com o rural como homogêneo, ao passo que refuta a ideia de sua definição como negação do “urbano”. Propõe-se, então, a utilização do termo *ruralidade(s)*, associado aos movimentos, aos processos de instauração de vida nestes contextos. A ruralidade, portanto, é compreendida como associada a um modo de ser e de viver mediado por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e históricos (Karam, 2004). E ainda, aliada a “um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (Salvaro, Estevam, & Felipe, 2014, p. 394).

A agricultura constitui uma entre as diversas atividades econômicas levadas a cabo no meio rural, e, dessa forma, não a única (Tavira & Tapia, 2008). A pluriatividade, os múltiplos empregos, os usos agrários não alimentares, os espaços para atividades de recreação ao ar livre, o equilíbrio ecológico, a produção de recursos e serviços ambientais, o estabelecimento de agroindústrias, o equilíbrio territorial (Suárez, 2008) e ambiental, o ecoturismo, entre outros, representam as configurações do uso do espaço acionadas pelas “novas ruralidades”.

Aos contextos rurais endereça-se toda uma gama de discussões produzidas e também produtoras de modos de existência. Mais do que o palco onde a vida acontece, os contextos rurais constituem-se como agenciadores de modos de vida. Diante de tal diversidade de discussões possíveis, neste estudo nos

interessa problematizar como as questões de gênero em contextos rurais vêm sendo trabalhadas na literatura. Gênero, por sua vez, aqui é compreendido por meio de sua constituição “performativa”, produzido nas relações sociais, nas experimentações do viver, em meio à intersecção com as relações familiares, as condições econômicas, financeiras e de trabalho, com o corpo, saúde e sexualidade, étnico-raciais e de classe atravessadas por relações de poder (Nogueira, 2013). As discussões de gênero demarcam, assim, um caráter interseccional ao reconhecerem a pluralidade das manifestações singulares e coletivas dos saberes locais. No intuito de contribuir com estudos futuros, o presente artigo sistematizou as produções sobre gênero e ruralidade, de modo a contemplar as diferentes realidades que envolvem a vida das mulheres nestes espaços e relacioná-los aos contextos globais.

Percurso metodológico

O mapeamento da produção do conhecimento sobre o tema teve o enfoque nas áreas humanas, sociais e da saúde, no período de 2000-2014, sendo o artigo científico a fonte de análise escolhida. Para isso, entre os meses de outubro e dezembro de 2014, foram realizados levantamentos dos artigos disponíveis no sítio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil), que integra diversas bases de dados, a partir dos seguintes descritores: *gênero e ruralidade; mulher e ruralidade; gênero e rural; mulher e rural*, em português, e suas respectivas versões em inglês e espanhol. Foi utilizado o modo “pesquisa avançada” e selecionado o campo “assunto”. Para a composição do banco de dados, foram priorizadas as produções que contemplassem considerações e discussões com um enfoque sociocultural. Dessa maneira, foram excluídos os artigos: (a) em que o foco das discussões versava sobre a abordagem e/ou a terapêutica de doenças crônicas, bem como, de determinada patologia física e/ou mental; (b) que não apresentavam o texto completo online; (c) que estavam repetidos; (d) que não exibiam considerações socioculturais sobre gênero e ruralidade; (e) que não estavam contemplados no recorte temporal entre os anos de 2000-2014. Ressalta-se, ainda, que não foram contempladas, neste estudo, discussões referentes a questões indígenas, como também infância e adolescência, devido à especificidade dessas temáticas.

No que se refere ao acesso às fontes, este estudo baseia sua análise apenas em artigos científicos publicados, excluindo outras fontes, como teses de doutorado e dissertações de mestrado. Desse modo,

a análise aqui desenvolvida aborda a configuração de um determinado *corpus* e, por isso, devem-se evitar generalizações e considerar as possíveis limitações a partir dos achados e posicionamentos dos autores estudados.

O delineamento inicial resultou em um montante de 108 artigos. A partir da leitura do título, palavras-chave e resumo foram organizados em uma tabela com a identificação do estudo, periódico, instituição, país de origem, ano, tipo de pesquisa, ano da publicação, idioma, síntese das discussões do artigo e categorização temática. As temáticas produzidas foram: *gênero e relações familiares*, *gênero e trabalho*; *gênero e participação política*; *gênero e saúde*; *gênero e ruralidade*. Foram realizadas leituras e análises, na íntegra, de 25 produções voltadas à temática *gênero e ruralidade*.

Em síntese, o trabalho foi realizado a partir do levantamento nas bases de dados referenciais disponíveis em texto completo online; produção de um banco de dados com 108 publicações; categorização dos estudos em dimensões temáticas; leitura e análise de 25 artigos científicos completos contemplados na dimensão intitulada “gênero e ruralidade”, foco deste estudo.

Resultados e discussão

O montante das produções resultantes da busca indexada ao portal de periódicos da CAPES/Brasil ultrapassa algumas centenas de artigos. Parte considerável de tais produções não contemplava a articulação entre *ruralidade e gênero*. Na seleção das produções, foram priorizadas as que apresentavam discussões sobre o conceito de ruralidade e os modos de se fazer gênero nestes contextos.

No que concerne ao período das publicações, verifica-se que a maioria está concentrada nos últimos quatro anos, denotando um crescimento das produções nesta temática. Do conjunto de 108 artigos mapeados, 52 deles situavam-se no período de 2011-2014 – assim distribuídos: 2011(10); 2012 (12); 2013 (20) e 2014 (10). Cabe ressaltar que, em virtude do período de realização das buscas das fontes, possivelmente não foram contempladas na íntegra as produções do ano de 2014, sendo esta uma totalização parcial.

Quanto aos países onde as pesquisas foram produzidas, predomina o Brasil com 24% artigos, seguido pelos Estados Unidos da América com 17%. Com respeito ao idioma, a maioria das publicações situa-se na língua inglesa 53%, seguido pelo português 28% e espanhol 19%. As produções em língua

inglesa incluem uma diversidade de países, dentre eles: Noruega, Estados Unidos, China, Colômbia, Inglaterra, Canadá, Etiópia, Uganda, Lituânia, Austrália, Eslovênia, Canadá, Itália, França, Suécia, Suíça, Turquia, Alemanha, Nepal, Japão e Nova Zelândia.

A escolha por um viés sociocultural remete ao esforço de contemplar a diversidade e as especificidades associadas a essas produções. Neste sentido, justificase a presença de uma abordagem qualitativa, em mais da metade dos estudos, seguida pelos mistos e quantitativos.

A caracterização dos dados a partir das grandes áreas do conhecimento foi associada à formação dos pesquisadores informada na identificação dos textos. Em alguns casos, o mesmo artigo foi classificado em mais de uma área, quando possuía mais de um autor com atuação em diferentes áreas do conhecimento. As grandes áreas contempladas foram: Humanas, Sociais e Saúde. Entre as subáreas, encontramos uma ampliação de enfoques temáticos, como: Desenvolvimento Rural, Antropologia, Ciências Sociais, Educação, Letras, Economia, Geografia, Comunicação, Administração, Políticas Públicas, Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Interdisciplinar e Psicologia. Sendo que, nas áreas das Ciências Sociais (35%), Interdisciplinar (13%) e Desenvolvimento Rural (12%), encontra-se a maior parte das produções. Se o enfoque sociológico é expressivo, por sua vez, do montante dos 108 artigos, a Psicologia possui sete produções, o que denota o quanto as discussões relacionadas a gênero e contextos rurais ainda precisam avançar nesta área.

A partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, os estudos foram categorizados nas seguintes dimensões temáticas: *gênero e relações familiares*, *gênero e trabalho*; *gênero e participação política*; *gênero e saúde*; e *gênero e ruralidade*.

A dimensão *gênero e ruralidade* abordou considerações produzidas na intersecção entre gênero, os modos de viver e estabelecer relações em contextos rurais. A referida dimensão foi o foco das análises deste estudo.

Gênero e ruralidade

Os 25 artigos selecionados apresentavam uma perspectiva sociocultural e traziam no delineamento uma abordagem qualitativa. No que tange ao ano de produção, entre 2000-2005, situam-se 16%; de 2006-2010, 52%; 2011-2014, 32% artigos. Quanto ao país de origem, o Brasil aparece em primeiro, com sete artigos, seguido pela Austrália, com quatro. Em

relação ao idioma dos artigos, em inglês são 52%, em português são 32% e 16% em espanhol. Entre os periódicos brasileiros, a *Revista Estudos Feministas* destaca-se por apresentar quatro (57%) do total dos sete artigos produzidos sobre a temática, no Brasil.

Acerca das áreas do conhecimento, os trabalhos foram divididos em quatro grandes áreas: Ciências Humanas (60%), Ciências Sociais (28%), Multidisciplinar (8%) e Saúde (4%). A maioria dos trabalhos se concentra na Sociologia e na Antropologia e abordavam questões sobre os modos de vida das mulheres em contextos rurais.

Associados à Psicologia Social estão os estudos de Giovana Salvaro, Mara Lago e Cristina Wolff (2013) e Maria da Graça da Costa, Magda Dimeinstein e Jáder Leite (2014). A produção recente destes artigos, por um lado, sinaliza que a Psicologia marca presença junto às questões de gênero e ruralidade, e, por outro, denota a necessidade de sua ampliação.

Quanto ao enfoque temático, os artigos foram agrupados em dois subtemas: 2.1. *Relações de Gênero e Espaços Rurais* que englobam discussões voltadas para: (a) relações de classe; (b) relações de gênero; (c) cuidado e saúde; (d) direito ao acesso à água; (e) corpo e sexualidade. 2.2 *Gênero e Novas Ruralidades* que envolvem estudos sobre: (a) desenvolvimento rural; (b) protagonismo político.

Relações de gênero e espaços rurais

Os estudos deste subtema foram agrupados em: (a) relações de classe, (b) relações de gênero, (c) cuidado e saúde, (d) direito ao acesso à água, (e) corpo e sexualidade.

a) Relações de classe: no que se refere à classe, o estudo de Lia Bryant e Barbara Pini (2009) ancorado nas teorias feministas contemporâneas propõe uma releitura das discussões de classe e gênero ligadas às interações de trabalho, lazer e família, no contexto australiano. A compreensão de gênero e classe mostra-se complexa, atrelada tanto aos aspectos geográficos, como aos discursivos de ruralidade. Ao propor uma concepção de classe e gênero, para além do âmbito econômico, as autoras, numa perspectiva pós-estruturalista, reconhecem a problemática das relações de gênero sob um enfoque interseccional. A partir do contexto e das mudanças vivenciadas pelas comunidades rurais, a compreensão de classe transcende uma perspectiva marxista clássica restrita às dimensões de poder econômico, posse e consumo. Classe e gênero são vistos como produzidos por meio de interações diárias, no trabalho junto à natureza,

na agricultura familiar, entre gerações, bem como, na prevalência de discursos de comunitarismo e da hegemonia dos discursos tradicionais de gênero em ambientes rurais.

b) Relações de Gênero: os estudos desenvolvidos por Renato do Carmo (2007), Eva Noack (2011) e Luciana Hartmann (2010) analisam as transformações nas relações de gênero em diferentes contextos rurais: uma vila alentejana (Portugal), Aberdeenshire (Escócia) e na fronteira do Brasil e Uruguai, respectivamente. Carmo (2007) apresenta “o mundo das mulheres” através dos modos de apropriação dos espaços, relacionando a ampliação das modalidades de pluriatividade ao aumento da autonomia das mulheres que passam a exercer uma maior circulação espacial e desenvolver uma vida social em contextos exteriores à comunidade. Em paralelo, no interior da aldeia, as práticas sociais permanecem tradicionais.

Neste sentido, no contexto escocês, Noack (2011) afirma que, mesmo com os avanços no acesso das mulheres aos recursos de transporte, muitas delas ainda não usufruem da circulação. A falta de tempo e a necessidade de atender as responsabilidades domésticas são referidas como alguns dos obstáculos que impedem muitas delas de participarem de atividades sociais e econômicas. Denota-se que os padrões de deslocamento e participação em atividades das mulheres decorrem de uma demarcação dos “papéis de gênero”, que ainda seguem tradicionais.

O estudo de Hartmann (2010) corrobora neste sentido ao abordar a configuração dos papéis de gênero entre contadores de histórias da região da fronteira entre Brasil e Uruguai. Na organização social local há uma clara divisão do trabalho, do tempo e dos espaços ocupados por homens e mulheres. Enquanto os homens são associados aos fatos gloriosos e de heroísmo, às mulheres cabem as narrativas de questões cotidianas que retratam as violências, os dramas sofridos e os episódios da história pessoal.

Resguardadas as devidas especificidades, tanto na Vila do Alentejo quanto em Aberdeenshire como no sul do Brasil na fronteira com o Uruguai, encontramos os lugares das mulheres associados à casa, ao espaço privado do lar, protagonistas de narrativas cotidianas que envolvem família, cuidados com os filhos e relações amorosas. Enquanto para os homens, o galpão, a rua e o café demarcam espaços de partilhas de feitos grandiosos. Essas considerações nos levam a constatar a permanência de relações assimétricas, entre homens e mulheres, relacionadas às atividades de vida diária. Diferente dos homens, as atividades de lazer das mulheres não estão desvinculadas de suas atividades de trabalho, em geral domésticas. As

ideologias patriarcais tendem a imperar, ainda, nos contextos rurais, de modo a reforçar sua continuidade na família e na comunidade (Allen, 2002).

As mudanças nas relações de gênero, para María Adelaida Quijano (2008), passam pela compreensão de que as mulheres possuem interesses ligados aos contextos a que estão inseridas. Além das dimensões histórica, social, geográfica e cultural, preconiza-se o estudo das dimensões políticas e discursivas. Para isso, as análises de gênero em territórios rurais envolvem a intersecção de quatro espaços institucionais: a casa, a comunidade, o mercado e o Estado.

c) Cuidado e Saúde: o trabalho desenvolvido por Costa et al. (2014) situa-se na área da Psicologia. Aborda a prevalência dos transtornos mentais comuns entre mulheres residentes de um assentamento rural no Rio Grande do Norte. Ao adotar uma perspectiva de multideterminação da saúde, questiona se os diagnósticos apontariam para um quadro médico, ou se estariam sendo produzidos a partir de um processo de medicalização da pobreza. Ao preconizar as discussões de gênero associadas a uma perspectiva de multideterminação da saúde, o estudo avança ao propor práticas de cuidado para além do diagnóstico nosográfico e da generalização das condutas terapêuticas. Ao voltar-se aos modos de subjetivação produzidos em contextos rurais, possibilita uma melhor compreensão das especificidades locais das mulheres assentadas.

Doris Kakuru (2008) aborda, por sua vez, a incidência de HIV/aids, o que prejudica a frequência escolar das meninas, no contexto africano. A epidemia de HIV/aids, neste contexto, vem apresentando um recorte de gênero, no qual as mulheres parecem ocupar um lugar fragilizado e mais suscetível à contaminação. Fato esse produzido e ao mesmo tempo perpetuador das desigualdades de gênero no âmbito da família, organizada sob os parâmetros de dominação patriarcal.

Devido às distâncias geográficas, à dificuldade de acesso, à carência de infraestrutura dos serviços e à escassez de políticas públicas, as populações rurais tendem a ser prejudicadas no atendimento em saúde. Por sua vez, preconiza-se a execução de ações em saúde relacionadas às práticas sociais e culturais locais, além de ações intersetoriais e interdisciplinares que contemplem um atendimento integral.

d) Direito ao acesso à água: discussões sobre o acesso e o uso da água estão presentes em estudos de diferentes partes do mundo (Marra, 2008; Ruiz Meza, 2013; Singh, Astrom, Hyden, & Wickenberg, 2008; Stevenson, Greene, Maes et al., 2012).

O estudo de Nandita Singh, Karsten Astrom, Hakan Hyden e Per Wickenberg (2008) aborda a questão do acesso à água associada a gênero, na perspectiva dos direitos humanos. Analisa, no contexto indiano, o protagonismo das mulheres na efetivação do direito ao acesso à água. À mulher é delegada a posição de agente de cuidado e multiplicadora das ações locais na garantia desse acesso. A garantia da efetivação do acesso à água como direito humano implica, junto à adoção de programas e políticas internacionais, ações locais que considerem os elementos do contexto sociocultural presentes na vida das mulheres rurais indianas.

No contexto africano, Simona Marra (2008) enfatiza a problemática do acesso à água ameaçado com a adoção de políticas de privatização. O acesso à água, mesmo reconhecido como um direito, passou a ser dificultado por questões financeiras. Com a privatização, ocorre uma dupla-perda para as mulheres: a perda do acesso à água pela condição econômica insuficiente e a perda do poder que detinham na comunidade.

O trabalho de Edward Stevenson, Leslie Greene, Kenneth Maes, Argaw Ambelu, Yihnew Tesfaye, Richard Rheingans e Craig Hadley (2012) assinala a insegurança no acesso à água e sua relação com o sofrimento psíquico de mulheres na Etiópia, e o de Laura Elena Ruiz Meza (2013), a segregação de gênero na garantia de direitos de acesso à água nos sistemas de irrigação campestres em Chiapas. Ambos os artigos retratam a problemática do acesso à água vinculada com a questão de gênero presente em contextos rurais em continentes em desenvolvimento, tais com África, Ásia e América Latina. Discussões a respeito do acesso à água configuram-se numa temática emergente na literatura e demandam a realização de estudos futuros.

e) Corpo e Sexualidade: Berit Brandth (2006), a partir de um estudo com mulheres norueguesas, propõe uma reflexão encadeada acerca de gênero, corpo e trabalho agrícola. O corpo é visto como um agente ativo na constituição de gênero em espaços rurais, não se constituindo de um significado inerente ou fixo e emerge nas práticas sendo fundido por aspectos físicos e relacionais. Denota-se na família em contextos rurais a perpetuação dos discursos tradicionais sobre os corpos de mulheres e homens, numa perspectiva heterossexual.

A sexualidade é atrelada aos significados atribuídos às culturas dos espaços rurais. Neste sentido, Kerrie-Elizabeth Allen (2002) produz uma análise crítica do denominado “idílio rural”. As imagens do “idílio rural” são compostas a partir de tradições associadas a uma visão idealizada que disfarça ou torna

invisível o conflito, a subordinação, a exploração, a desigualdade, a marginalização e a exclusão de muitas mulheres. Ao passo que as retrata como um grupo feliz, subordinado e homogêneo, ignora a diversidade dos lugares ocupados pelas mulheres.

Barbara Pini (2004) realiza uma sistematização e análise das ideias de Little (2002) relacionadas a gênero e ruralidade. Salienta as discussões que levam em conta a intersecção entre sexualidade e poder. E aponta como pauta para trabalhos futuros: (a) elaboração de estudos para uma futura agenda de pesquisa feminista rural; (b) realização de trabalhos sobre homens e masculinidades; (c) abordagem de temas produzidos pelas transformações nos espaços rurais, como migração interna, lazer, exclusão social e cuidados com idosos, sob o enfoque de gênero; (d) análises da globalização da agricultura, sob uma crítica feminista; (e) desenvolvimento de metodologias feministas na perspectiva pós-estruturalista. Diante da carência de estudos, corpo e sexualidade estão entre as temáticas que merecem atenção e ampliação nas pesquisas sobre gênero e ruralidade.

Gênero e novas ruralidades

As discussões contempladas neste subtema retratam as transformações ocorridas nos contextos rurais, bem como conferem possíveis desconstruções, como também permanências, nas relações de gênero e nas posições ocupadas pelas mulheres. As discussões foram agrupadas em: (a) desenvolvimento rural; (b) protagonismo político.

a) Desenvolvimento rural – A incorporação da perspectiva de gênero nas estratégias produtivas e políticas de desenvolvimento rural mexicano é foco dos estudos de Norma Tavira e Francisco Tapia (2008). O planejamento de um modelo de desenvolvimento rural que leve em conta a perspectiva de gênero em suas várias dimensões está entre os desafios esboçados. Além de um estudo aprofundado dos processos de construção social e simbólica das relações de gênero, inclusive as perpassadas pela violência. A ampliação dos espaços ocupados pela mulher, não só na execução, mas também na proposição e elaboração de propostas para o desenvolvimento rural, é preconizada.

A agricultura orgânica e a pluriatividade, sob o enfoque de gênero, são trabalhadas por Karen Follador Karam (2004) e Wynne Wright e Alexis Annes (2014), respectivamente. A prática da agricultura orgânica inclui novas relações com o espaço, com a terra, com a comunidade e na produção. Tais pressupostos contemplam práticas sociais e culturais endereçadas às

mulheres, que assumem um lugar diferenciado em todo o processo, desde a produção até a comercialização. Ao conferir um lugar diferenciado à mulher, a atuação na agricultura orgânica pode ser um indicativo de rompimento com os lugares secundários - de assessoria e subordinação às atividades desenvolvidas pelos homens - destinados à mulher na agricultura tradicional (Brandth, 2006).

Neste sentido, no âmbito da pluriatividade, o trabalho de Wright e Annes (2014) exibiu uma análise da rede de agroturismo no sul da França, centrada na produção de leite de ovelha para a produção de queijo Roquefort. A inserção e atuação das mulheres junto às atividades de agroturismo foram relacionadas à possibilidade de rompimento com normativas tradicionais de gênero e constituição de uma identidade profissional.

A diversificação das atividades agrícolas e a implementação da pluriatividade, seja no agroturismo, seja na agricultura orgânica, são consideradas espaços férteis de empoderamento das mulheres. Segundo Wright e Anne (2014), as mulheres deslocam-se de um espaço interior, relacionado ao âmbito doméstico da casa, ao circularem pelo espaço exterior a partir da diversidade de demandas de trabalho, fato que pode ser visto como uma possibilidade concreta de empoderamento delas. Esses estudos, guardadas suas especificidades, mostram avanços em relação às discussões de gênero apontadas por Carmo (2007), Noack (2011) e Hartmann (2010). Salienta-se a necessidade de ampliação de tais discussões, no sentido de compreender como as “novas ruralidades” colaboram para o processo de empoderamento.

Nelly del Carmen Suárez (2008) aborda os processos e dinâmicas cotidianas de Vereda San Peregrino, na Colômbia. As precárias condições de vida das mulheres, associadas à sobrecarga de atividades e fatores emocionais, são vistos como empecilhos na construção de uma vida digna. A compreensão desses processos e dinâmicas, no que se refere também à sua dimensão emocional, traduz a necessidade de ampliação de trabalhos e análises futuros.

A problemática da migração de mulheres do contexto rural de Valência, na Espanha, é a temática desenvolvida por Josep Soriano (2013). A questão da feminização das migrações rurais é apontada como uma consequência da desigualdade social, territorial e de gênero. A migração das mulheres constitui-se como um dos operadores de mudanças e desacomodação frente a lógicas instituídas, em meio aos contextos rurais.

A partir da literatura estudada, preconiza-se a adoção de uma concepção de desenvolvimento rural atrelado à constituição das “novas ruralidades”, como construção social orientada a nivelar o crescimento econômico e produtivo voltado para a sustentabilidade (Suárez, 2008; Távira & Tapia, 2008). Para isso, ressalta-se o respeito pelas “diversidades culturais, étnicas, de gênero, de religião e de modos de vida, num contexto social de igualdade de oportunidades em matéria de alimentação, saúde, educação, moradia, emprego e de acesso à informação” (Távira & Tapia, 2008, p. 230). Para que se contemplem as necessidades específicas das mulheres, as políticas precisam levar em conta as discussões de gênero nos estudos sobre desenvolvimento rural (Noack, 2011; Suárez, 2008). Reconhece-se a inclusão das discussões de gênero nos processos de desenvolvimento rural como positiva, no entanto, ainda são necessários avanços. A participação das mulheres nas discussões em todo o processo está entre as dimensões que carecem de uma maior atenção.

b) Protagonismo Político – O protagonismo político das mulheres remete ao acompanhamento das questões suscitadas na participação em movimentos sociais, governança local, sindicatos e cooperativas.

Em relação à participação em movimentos sociais, o estudo de Alie Van Der Schaaf (2003) contempla discussões vinculadas ao empoderamento das mulheres na inserção junto ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, na região sul do Brasil. A transição dos modos de vida patriarcais é associado à ocupação de espaços de poder pelas mulheres em posições de destaque na organização dos movimentos, na articulação junto ao movimento feminista, a Igreja e sindicatos.

As mulheres e as relações de gênero das áreas rurais do norte e nordeste do Brasil são o foco do trabalho desenvolvido por Rosineide Cordeiro e Russel Scott (2007). Ao resgatar o processo de lutas das mulheres, desde os anos 1980, destacam as ações políticas de tais mulheres compreendidas a partir de uma multiplicidade de temas e de contextos dessas “regiões brasileiras com maiores proporções de moradores e de territórios onde a vivência é baseada na ruralidade” (Cordeiro & Scott, 2007, p. 423).

Ainda, no contexto brasileiro, Salvaro et al. (2013) apresentam um estudo realizado com mulheres participantes de movimento social do campo, no sul de Santa Catarina. Problematiza a constituição de sujeitos e subjetividades na construção das identidades políticas das “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”. A aproximação dessas posições identitárias aciona “discursos que se aproximam de concepções feministas essencialistas, mas indica também estratégias de lutas,

em que a afirmação da diferença é condição para a própria ação política” (Salvaro et al., 2013, p. 88). A conquista dos direitos sociais e previdenciários, pelas mulheres, está associada à figura da mulher trabalhadora rural, produzindo um distanciamento das posições da mulher “do lar” e “dona de casa”, relacionadas com as atividades não remuneradas. Essas discussões também se fazem presentes nos trabalhos de Anita Brumer (2004), Maria Ignez Paulilo (2004) e Rosineide Cordeiro (2007). Cabe, ainda, mencionar o estudo de Giovana Salvaro, Dimas Estevam e Daiane Felipe (2014), que remete a participação de mulheres em cooperativas rurais virtuais à visibilidade social e ao reconhecimento do trabalho feminino. Os achados de Salvaro et al. (2014) em relação ao trabalho cooperativado e gênero estão em sintonia com outros estudos sobre a temática (Hoinle, Rothfuss, & Gotto, 2013; Teodósio & Mundim, 2012).

As premissas para um desenvolvimento sustentável, na perspectiva de gênero, são estudadas por Teresa Lisboa e Mailiz Lusa (2010), a partir de uma pesquisa realizada no Brasil, México e Cuba. O estudo aponta: (a) o protagonismo das mulheres na produção e no manejo de recursos naturais; (b) a força dos movimentos de mulheres na conquista de direitos; (c) a participação das mulheres na definição de políticas públicas que garantam a equidade de gênero no meio rural. Como desafio está a superação do modelo de desenvolvimento que, ainda, prioriza a figura masculina em relação à titularidade da terra, ao acesso ao crédito e à aquisição de equipamentos e recursos materiais.

O trabalho de Barbara Pini (2006) corrobora com esses resultados ao enfatizar a manutenção das relações tradicionais de gênero na organização do governo local, no contexto australiano. Indica a majoritária ocupação dos homens em posições de representatividade em conselhos de desenvolvimento local, assim como a hegemonia de discursos masculinizados. Problematizar as dinâmicas das “novas governanças”, em suas formas de governo tradicionais que excluem as subjetividades femininas, demanda estudos futuros.

No que tange a possíveis mudanças deste cenário, Mariana Cherro (2012), baseada em um estudo realizado junto a grupos de mulheres uruguaias e chilenas, preconiza a aproximação do movimento feminista junto aos contextos rurais. A autora recorda que a forte teorização feminista e sua identificação com as questões das cidades têm constituído elementos adversos para a adoção de um olhar feminista em organizações de mulheres rurais. Neste aspecto, Maria Ignez Paulilo (2010), ao apontar a marca urbana do feminismo, ressalta a urgência do diálogo e a criação

de laços entre as realidades vivenciadas pelas mulheres em contextos rurais e o (eco)feminismo. Enfrentar os possíveis tensionamentos e embates presentes nos enlaces entre os movimentos feminista e ecológico torna-se necessário na luta contra as desigualdades que oprimem as mulheres.

Entre avanços e tropeços, pode-se afirmar que as questões de gênero em contextos rurais vêm tomando força nas últimas décadas. Como desafios mapeados, estão: realização de estudos voltados para as especificidades dos contextos rurais; rompimento com o imaginário do rural como homogêneo; elaboração de uma compreensão de ruralidade como processo, “parte da realidade social construída por seres humanos em seu devir” (Suárez, 2008, p. 95). As discussões de gênero ganham destaque nos contextos rurais por se tratar de um território em constante disputa. Assim, a produção da relação gênero e ruralidade necessariamente demanda um enfoque interseccional.

Considerações finais

Este artigo objetivou analisar as produções da literatura sobre gênero e ruralidade. Almejou-se com tal análise mapear as considerações e discussões que vêm sendo produzidas nos últimos anos, bem como contribuir com produções futuras sobre a temática. O estudo das questões de gênero e ruralidade impõe a composição de uma gama de problematizações que se desdobram e ampliam. Optamos pela realização de um estudo com demarcações temporais (2000-2014), direcionado para a apresentação das condições de vida das mulheres em contextos rurais em diferentes partes do mundo.

Os recortes temporais e a demarcação sobre o enfoque sociocultural constituem escolhas e posicionamentos necessários na produção de um percurso, entre tantos outros, para o mapeamento dessa temática. Reconhece-se que, ao priorizar uma maior abertura e heterogeneidade das produções, um aprofundamento maior das discussões está entre as limitações do presente trabalho. Por sua vez, o uso desta perspectiva metodológica abre espaço para a multiplicidade de discussões que remetem a estudos futuros.

Os estudos de gênero em espaços rurais indicam a conceitualização de *ruralidade* como espaço vivo de criação, performance, contestação e negociação dos “papéis” de gênero (Little & Panelli, 2003). As leituras de gênero mostram-se complexas e precisam ser consideradas a partir do contexto e das mudanças ocasionadas nas comunidades rurais (Bryant & Pini,

2009). Ainda, no reconhecimento e mapeamento de suas especificidades (Karam, 2004).

Neste sentido, constata-se, a partir das produções analisadas, que especificidades locais traduzem mudanças no “jeito de ser mulher” em contextos rurais, nas mais diversas partes do globo. Torna-se essencial levar em conta as questões socioculturais e elementos como classe, raça/etnia e renda, além de saúde, corpo e sexualidades. Ao retratar dimensões singulares e locais da vida das mulheres, rompe-se com a ideia de que seja possível universalizar as discussões, uma vez que as dimensões socioculturais são fundamentais para a compreensão das dinâmicas que transversalizam as discussões. As relações familiares e de trabalho constituem pontos de convergência das discussões, pois estão presentes em grande parte do tempo e das atividades de vida diária. Para Mara Lago, Carla Michele Serafim e Mariana Figueiredo (2004), as relações familiares, comumente, denotam as influências “de um modelo tradicional, mais próximo da família patriarcal, fundada em princípios de hierarquia” (p. 199).

As produções analisadas reconhecem um avanço na temática de gênero em espaços rurais, desde a década de 80 do século passado, no entanto, demarcam a necessidade do uso de metodologias com inspiração em teorias feministas nos estudos realizados (Bryant & Pini, 2009; Cherro, 2012; Cordeiro & Scott, 2007; Kakuru, 2008; Paulilo, 2010; Pini, 2004; 2006; Quijano, 2008; Wright & Annes, 2014).

De maneira geral, avalia-se que, por mais que haja avanços e conquistas das mulheres em contextos rurais, ainda há muitos obstáculos a ultrapassar. Entre eles estão: a dependência financeira e a hegemonia ideológica dos homens (Allen, 2002), a dificuldade da mulher de acesso à herança (Bryant & Pini, 2009; Wright & Annes, 2014), a primazia da associação do trabalho agrícola aos corpos masculinos (Brandth, 2006), além dos obstáculos naturalizados pela família, comunidade e pela própria mulher (Suárez, 2008).

Por fim, os estudos de gênero e ruralidade envolvem, ainda, um olhar para as novas ruralidades. A presença da globalização, a utilização de tecnologias, as mudanças no processo de trabalho, a agricultura familiar e a pluriatividade, o desenvolvimento rural, o trabalho cooperativado, o fomento da agricultura orgânica, as mudanças culturais intergeracionais, a migração, entre outros, são alguns dos fenômenos que merecem atenção em meios a essas discussões. Tais problemáticas demandam estudos voltados para a intersecção de gênero e as relações familiares e de trabalho, as condições socioeconômicas, corpo, sexualidade e saúde imersas em relações de poder.

Referências

- Allen, K-E. (2002). The social space(s) of rural women. *Rural Society*, 12(1), 27-44.
- Brandth, B. (2006). Agricultural body-building: Incorporations of gender, body and work. *Journal of Rural Studies*, 22(1), 17-27.
- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 205-227.
- Bryant, L. & Pini, B. (2009). Gender, class and rurality: Australian case studie. *Journal of Rural Studies*, 25(1), 48-57.
- Carmo, R. M. (2007). Gênero e espaço rural, o caso da vila alentejana. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 54(1), 75-100.
- Cherro, M. V. (2012). Mirarse y ser vistas. Objetivación de dos colectivos de mujeres rurales. *Andamios-Revista de Investigación Social*, 9(19), 337- 358.
- Cordeiro, R. L. M. (2007). Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 453-460.
- Cordeiro, R. L. M. & Scott, R. P. (2007). Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste do Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 419-423.
- Costa, M. G. S. G., Dimenstein, M. D. B., & Leite, J. F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Estudos de Psicologia*, 19(2), 145-154.
- Hartmann, L. (2010). Do campo à “campanha”: gênero, performance e narrativas orais na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. *Revista Estudos Feministas*, 18(1), 81-100.
- Hoinle, B., Rothfuss, R., & Gotto, D. (2013). Empoderamiento espacial de las mujeres mediante la Economía Solidaria. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 10(72), 117-139.
- Kakuru, D. M. (2008). Rural Livelihoods, HIV/AIDS and Women's Activism: The Struggle for Gender Equality in Primary Education in Uganda. *Journal of International Women's Studies*, 10(1), 36-47.
- Karam, K. F. (2004). A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 303-320.
- Lago, M. C. S., Serafim, C. M., & Figueiredo, M. G. (2004). Gênero, Gerações e Subjetividades na Grande Florianópolis. *Paidéia*, 14(28), 197-209.
- Lisboa, T. K. & Lusa, M. G. (2010). Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. *Revista Estudos Feministas*, 18(3), 871- 887.
- Little, J. (2002). *Gender and Rural Geography: Identity, Sexuality and Power in the Countryside*. Harlow, UK: Prentice Hall Essex.
- Little, J. & Panelli, R. (2003). Gender Research in Rural Geography. *Gender, Place and Culture*, 10(3), 281-289.
- Marra, S. (2008). Bearing the cost: an examination of the gendered impacts of water policy reform in Malawi. *Rural Society*, 18(3), 161-173.
- Noack, E. (2011). Are Rural Women Mobility Deprived? – A Case Study from Scotland. *Sociologia Ruralis*, 51(1), 79-97.
- Nogueira, C. (2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In A. L. C. Brizola, A. V. Zanella, & M. Gesser (Coords.), *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos* (pp. 227-248). Florianópolis: ABRAPSO.
- Paulilo, M. I. S. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 229-252.
- Paulilo, M. I. S. (2010). Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. *Revista Estudos Feministas*, 18(3), 927-940.
- Pini, B. (2004). Gender and Rural Geography: Identity, Sexuality and Power in the Countryside. *Rural Society*, 14(2), 199-200.
- Pini, B. (2006). A critique of ‘new’ rural local governance: The case of gender in a rural Australian setting. *Journal of Rural Studies*, 22(4), 396-408.
- Quijano, M. A. F. (2008). Cambios en las relaciones de género en los territorios rurales: aportes teóricos para su análisis y algunas hipótesis. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 5(61), 71-91.
- Ruiz Meza, L. (2013). Segregación de género en la asignación de derechos al agua en los sistemas de riego campesino en Chiapas, México. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 10(72), 201-222.
- Salvaro, G. I. J., Lago, M. C. S., & Wolff, C. S. (2013). “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 79-89.
- Salvaro, G. I. J., Estevam, D. O., & Felipe, D. F. (2014). Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 390-405.
- Schaaf, A. V. D. (2003). Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 5(10), 412- 442.
- Singh, N., Astrom, K., Hyden, H., & Wickenberg, P. (2008). Gender and water from a human rights perspective: the role of context in translating international norms into local action. *Rural Society*, 18(03), 185-191.
- Soriano, J. P. (2013). Por qué se van? Mujeres de pueblo y desarraigo en la ruralidad valenciana. *Encrucijadas Revista Crítica de Ciencias Sociales*, 6, 101-116.
- Stevenson, E., Greene, L., Maes, K., Ambelu, A., Tesfaye, Y., Rheingans, R., & Hadley, C. (2012). Water insecurity in 3 dimensions: An anthropological perspective on water and women's psychosocial distress in Ethiopia. *Social Science and Medicine*, 75(2), 392-400.
- Suárez, N. C. R. (2008). Procesos y dinámica rurales. Una lectura desde el enfoque de género. *Revista Luna Azul*, 27, 94-103.
- Tavira, N. B. & Tapia, F. H. (2008). Emergencia de la relación desarrollo rural-género. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, 15(48), 223-253.
- Teodósio, A. S. S. & Mundim, F. D. C. (2012). Relações de gênero e Economia Popular Solidária: análise de um caso em um assentamento rural. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 10(2), 278-296.
- Wright, W. & Annes, A. (2014). Farm Women and Agritourism: Representing a New Rurality. *Sociologia Ruralis*, 54(4), 477-499.

Submissão em: 13/04/2015

Aceite em: 06/08/2015

Agência de fomento

CNPq - Bolsa de Demanda Social concedida à primeira autora, doutoranda em Psicologia na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Rita de Cássia Maciazeki Gomes é psicóloga, mestre em Psicologia Social e Institucional, UFRGS, doutoranda em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Endereço: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Rua Alfredo Allen. 4200-135 Porto, Portugal.
E-mail: ritamaciazeki@gmail.com

Conceição Nogueira é psicóloga, doutora em Psicologia, docente do Programa Doutoral de Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.
E-mail: cnogueira@fpce.up.pt

Maria Juracy Filgueiras Toneli é psicóloga, doutora em Psicologia e docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
E-mail: juracy.toneli@gmail.com